Ruralidade e pobreza na cidade: mitos?

Lia Machado

A Ruralidade

"Os observadores citadinos parecem todos convencidos da 'idiotia da vida rural'. (...) Somos levados a suspeitar que o chamados valores rurais incluem muitos valores e *savoirs-faires,* tais como a 'esperteza camponesa'. (...) parece evidente que os novos migrantes para a cidade mudam algumas coisas muito rapidamente (...), transformam-se rapidamente em urbanos" (pp. 94 e 95). São afirmações dos "brazilianistas" Anthony e Elizabeth Leeds ainda nas páginas iniciais de "O Brasil e o Mito da Ruralidade Urbana: Experiência Urbana, Trabalho e Valores nas 'Áreas Invadidas' do Rio de Janeiro e de Lima", artigo publicado originalmente em *City and Country in the Third World,* 1970 e agora (1978) lançado, juntamente com outros seis artigos precedidos por uma introdução, pela Zahar sob o título: *A Sociologia do Brasil Urbano.* Apesar do título, é primordialmente como antropólogos que os autores se posicionam.

Radicalmente contrária parece ser a proposição de Arakcy Martins Rodrigues, psicanalista e doutora em estatística, que nos brinda agora com uma contribuição original e de suma importância no campo da intercomplementariedade possível e necessária entre a psicologia, a sociologia e a antropologia. Seu objetivo é o aprofundamento da interconexão entre "o indivíduo e a sociedade", ou melhor, a captação de como as determinações sociais geram ("devem por força gerar") "um correlato intrapsíquico nos indivíduos constituído de um dado tipo de organização que inclui desde a percepção imediata do mundo exterior até as explicações para todos os eventos existentes no espaço de vida" (p. 21). Tal contribuição foi publicada sob o título: *Operário, Operária. Estudo exploratório sobre*

o operariado industrial da Grande São Paulo, pelas Edições Símbolo, S.P., 1978.

"O registro do mundo exterior da infância é o de um grande vazio. Um fundo homogêneo onde se destaca como figura o mato e, raramente, uma casa. É interessante notar que, dado o vazio de que se constitui, quase nenhuma descrição dele surge espontaneamente no discurso livre da primeira entrevista" (pág. 81).

Uma primeira pergunta. Estaria Arakcy Rodrigues aqui tomando a "verbalização nativa" como a própria explicação da prática e representação dos sujeitos? É o que acreditamos. Um dos seus vinte entrevistados (todos eles operários e, dos quinze de que se dispõe de dados sobre a origem, de origem rural) diz: "Lá não tinha nada, era só mato" (pág. 80). Arackcy Rodrigues ao dizer que "dado o vazio de que se constitui (o mundo rural da infância — LM), nenhuma descrição surge espontaneamente", está transformando em dado a representação do mundo rural como um vazio, representação feita por um adulto morador urbano e operário diante do ambiente de sua infância.

A caracterização do mundo rural como um vazio é de importância determinante na teoria assumida pela autora. Ao adotar a teoria da complexidade cognitiva tal como interpretada por Peter Spink (Spink — *Capacity and Inclination for Change: Problems of Measurement, Prediction and Facilitation,* tese de doutoramento apresentada à Universidade de Londres, 1976) A. Rodrigues substitui o conceito vago e genérico de "ambiente", comum na tradição psicológica, por um conceito de ambiente entendido como "o conjunto de condições objetivas de existência de cada um" (pág. 23). E aceitando a proposição de Spink quando diz: "Existe interação entre o grau de organização estrutural desenvolvido numa área e a complexidade de informação naquele aspecto do ambiente" (conforme citação de A. Rodrigues, pág. 22) vai mais longe ao transformar a "interação" entre organização cognitiva e ambiente em determinação do ambiente, pois assume, por suposição teórica, a determinação primordial do ambiente. Sem negar esta proposição, aponta que mudanças de ambiente posteriores podem ou não alterar a estrutura cognitiva dos indivíduos, dependendo da interação que se fará entre o novo ambiente e a estrutura cognitiva já conformada.

Se o ambiente é determinante na estrutura cognitiva dos indivíduos, o mundo rural concebido como um vazio, como um ambiente pobre, uniforme, homogêneo, não complexo, determinará o aparecimento de indivíduos com estruturas cognitivas simples, isto é,

com pouca diferenciação de áreas e com pouca apreensão da integração dessas áreas.

A. Rodrigues implicitamente justifica a aceitação literal da representação do mundo rural com um vazio, pois, para ela, o ambiente que importa, as condições objetivas que importam, são apenas aquelas que adentram no espaço psicológico dos indivíduos (pág. 23). Contudo, parece-nos que detectar o ambiente que penetra no espaço psicológico a partir de sua representação, tal como verbalizada em apenas um ou dois contatos numa situação triplamente afastada da interação real ambiente-indivíduo (estamos diante de um morador urbano e de um operário frente ao rural e — ao menos nos casos citados — de um adulto face à sua infância, lembrança numa situação urbana da lembrança do mundo rural por uma criança), é insuficiente e inadequado.

Fixemo-nos num ponto. A apreensão do mundo rural que se fazem os migrantes é uma *reapreensão* direcionada pela apreensão do urbano. E valores dominantes na cidade perpassam a apreensão do rural. O rural é um "nada" segundo os padrões citadinos.

Segundo Anthony e Elizabeth Leeds, entre a população favelada no Rio de Janeiro que entrevistaram, e com a qual conviveram, não só os migrantes como os não migrantes atribuem qualidades negativas ao mundo rural. Vamos adiante: a vida rural é o polo negativo da positividade da vida urbana. Ainda que a construção ideológica da polaridade urbano-rural não positive sempre a cidade, pois em várias pesquisas se mostra como, face a alguns critérios — a fartura alimentar por exemplo — a cidade é o polo tornado negativo, na hierarquia dominante destas polaridades a vida urbana é afirmada tomando por contraste o rural. Assim, tomar a representação do rural feita pelo morador urbano, migrante ou não, é apreender a complexidade objetiva do mundo rural e seus efeitos objetivos sobre a estrutura cognitiva dos sujeitos.

E mais, tomar a polaridade urbano/rural como a diferenciação de dois tipos de ambiente é insuficiente. Há que determinar as diferentes modalidades de relações de trabalho e de organização do trabalho nestes "ambientes", e a situação e a posição de classe dos indivíduos objeto de estudo. Se A. Rodrigues delimita a situação de classe ou seu objeto de estudo na cidade, não tem as mesmas condições de reconstruir o ambiente objetivo de sua prévia vivência rural. Pesquisas em modalidades diferentes da vida rural seriam a resposta direta para aferir da complexidade variada dos ambientes rurais. Respostas sobre o efeito da prévia vivência rural sobre moradores urbanos dependeriam, ou de uma melhor caracterização da

modalidade específica de trabalho em cada local de origem ou, primordialmente, de uma pesquisa comparativa da estrutura cognitiva e das estratégias de vida de migrantes não migrantes. Serão radicalmente diferentes quando numa mesma posição de classe?

Talvez a importância fundamental da experiência rural sobre a estrutura cognitiva dos operários assinalada por Arakcy Rodrigues, seja derivada da semelhança encontrada entre as histórias de vida dos seus entrevistados. E esta semelhança é para nós uma questão curiosa. Foram entrevistados apenas vinte operários de bairros diferenciados da Grande São Paulo, um ou dois de cada bairro, independentemente de sua qualificação, e abrangendo, no que se refere às mulheres, tanto mulheres operárias como mulheres de operários (embora exercendo trabalho apenas doméstico). Seria coincidência, ou algum viés da amostra (que não pudemos detectar), a origem rural dos quinze entrevistados dos quais se sabe o local de origem? Generalizar a procedência rural dos operários da Grande São Paulo nos parece um erro evidente. Se A. Rodrigues não o comete, contudo, ao concluir sobre a estrutura cognitiva do conjunto dos indivíduos analisados, em nenhum momento deixa de sublinhar a importância da prévia vivência rural na conformação de suas estruturas cognitivas. Teria, de fato, tal peso explicativo? Situações perfeitamente similares não poderiam estar sendo vividas por operários e operárias não migrantes?

Um conjunto de respostas alternativas nem sempre bem explicitadas é o que nos propõem Anthony e Elizabeth Leeds para lidar com os possíveis efeitos da origem rural no modo de vida de moradores urbanos dessa origem. O seu objetivo explícito é o de destruir o mito da ruralidade urbana. Ou melhor, é denunciar a importância dos efeitos da origem rural no comportamento urbano como um mito, destruindo a realidade de sua proposição.

O "vazio rural" de que nos fala A. Rodrigues não corresponderia à "idiotia da vida rural" criticada pelos Leeds? Como estes últimos fundamentam sua crítica?

Embora seu objetivo primordial seja destruir o (conteúdo do) "mito da ruralidade urbana", os caminhos principais de sua argumentação apenas marginalmente tocam a questão da importância ou não da origem rural no comportamento dos migrantes na cidade. O "mito" é desmontado num contexto específico: as favelas da cidade do Rio de Janeiro. Duas são as linhas principais para a destruição do mito. A primeira é a afirmação de que o contingente de origem rural destas favelas é de aproximadamente 5%, segundo cálculos e critérios dos autores. Consideram rurais os que vieram diretamente

do "interior rural" e de "povoados" e ali se socializaram. Não são os que vieram muito pequenos para o Rio nem os que vieram de pequenas cidades, nem os que vieram pela segunda vez ao Rio. E eis que os autores implicitamente generalizam ao intitularem seu artigo como "O Brasil e o Mito da Ruralidade Urbana". Não se trata de Brasil, sequer se trata de Rio de Janeiro, trata-se das favelas do Rio de Janeiro. O critério do baixo índice de origem rural nos moradores urbanos é evidentemente inadequado para destruir o mito da ruralidade urbana no Brasil.

A segunda linha de destruição do mito é o encontrar valores essencialmente urbanos nas favelas do Rio de Janeiro. Contudo, o sustentáculo da predominância de valores urbanos na favela não seria decorrência da predominância de nascidos na zona urbana entre os favelados?

Pelo confronto entre o trabalho de A. Rodrigues e o dos Leeds que podemos dar mais um passo no sentido da resposta sobre os efeitos da origem rural dos migrantes na sua estrutura cognitiva e no seu comportamento desenvolvidos na cidade. As condições da interação social relatadas pelos Leeds nas favelas são a da existência de redes de solidariedade, da existência de organização política (tanto face aos problemas da favela como à política partidária e governamental) e da existência de organizações recreativas. Face a esse mundo rico de inter-relações, A. Rodrigues contrapõe um mundo onde a rede de solidariedade se limita a laços familiares que não só representam condições objetivas favoráveis como desfavoráveis. Não há laços de solidariedade entre vizinhos e apenas os há eventualmente com "patrões", depois de um longo período de contato, implicando também em laços de dominação. De novo, o contraste se faz entre os trabalhos dos Leeds e de Rodrigues.

Frente a riqueza de laços sociais na favela se configura a pobreza de laços sociais entre os operários da Grande São Paulo. Menos do que a origem rural de cada indivíduo, consideramos como determinante das representações, da estrutura cognitiva, e das práticas dos sujeitos, a condição objetiva da rede de relações sociais vivida por estes sujeitos na cidade. As estratégias de vida de migrantes ou não migrantes dependeria, em primeiro lugar, ao lado das condições específicas do trabalho realizado, das condições da rede de relações sociais em que se inserem. Se as análises feitas pelos autores refletem a realidade, as favelas no Rio parecem estar propiciando o fortalecimento da rede de relações e da organização dos moradores urbanos mais do que os "bairros operários" na Grande São Paulo. A precariedade desta rede de relações sociais relatada por A. Ro-

drigues, é que, no nosso entender, consolidaria as deficiências dos migrantes em construir sozinhos tais redes de relações, reforçando a dificuldade de efetivar estratégias de vida de maior sucesso na cidade.

Voltemos aos caminhos trilhados pelos Leeds. A situação específica da favela, condicionando o comportamento dos migrantes que para aí se dirigem, não é particularmente levada em conta. Se a favela não é rural porque seu índice de migrantes rurais é baixo e porque aí predominam os "valores urbanos", outras respostas mais diretas são dadas à questão dos efeitos da origem rural sobre os migrantes. Menos que fundamentadas, apenas são indicadas as razões pelas quais a origem rural não obstaculiza a apreensão da vida citadina e a capacidade de formular estratégias de vida compatíveis com as relações urbanas. De um lado, insinuam que na economia de subsistência (situação tomada por Arakcy Rodrigues como caracterizadora da zona rural e não como uma de suas modalidades) existe esperteza (a "esperteza camponesa"), exemplificada na figura de um indivíduo de origem rural que obtém sucesso amplo na apreensão das relações urbanas e na montagem de estratégias adequadas: torna-se presidente de uma associação de favela, é treinado em habilidades de construção, "deu inteligente desfalque num escritório" e investiu em terras que estão valorizando. Não só um elemento de origem rural capta e monta "estratégias urbanas" como se utiliza de estratégias aprendidas no "modo paternalista de relação rural" ao se aproveitar de um patrão, de uma instituição de serviço social, etc.

A origem rural, por sua vez, também não determina a carreira social do sujeito levando-o à marginalização ou à ascensão. Trajetórias sociais de direções opostas ocorrem a partir de uma mesma situação de origem rural. Em decorrência do insucesso da instalação de um botequim com recursos advindos do trabalho não qualificado do marido, a família entra em situação de extrema pobreza: o homem adoece, a mulher procura mas não encontra trabalho (porque o mercado de trabalho está em depressão) e as crianças ficam esfarrapadas e sem cuidados. Igualmente rural é a origem de uma família que chegou a construir uma casa no Jacarezinho (favela), a ser dona de rádio, geladeira, máquina de costura etc.

Fica no ar uma pergunta. A que se devem estas trajetórias diferentes? Referências apenas indiretas são feitas à situação de classe. Se se diz que a família sem sucesso advinha de "uma baixa posição nas escalas de educação e treinamento", nada se diz da família bem sucedida. A resposta é vaga. As causas são "a combi-

nação de traços estruturais e acidentais" — elas jamais abstraíveis dos relatos detalhados das histórias individuais. E aqui nos parece estar manifesta a precariedade da elaboração teórica dos Leeds.

Limitemo-nos, primeiro, a concluir sobre a contribuição dos Leeds para a questão da importância da origem rural no comportamento dos migrantes. Face ao "vazio do mundo rural" e as derivadas estruturas cognitivas simples dos migrantes de A. Rodrigues, que impediriam a apreensão lógica das relações citadinas e, com isso, obstaculizariam a organização de estratégias de vida adequadas, temos a capacidade dos migrantes em elaborar essas estratégias ainda que podendo obter ou não sucesso na vida urbana.

Do confronto entre os dois trabalhos, concluímos pela hipótese de que, mais determinantes que a origem rural (que, contudo, não é irrelevante) são as condições objetivas da vida na cidade, que propiciam ou não o acesso a uma rede de relações de solidariedade e a organizações reivindicatórias. Estas condições, é claro, só podem ser investigadas a partir da situação e posição de classe da categoria de indivíduos que se pretende analisar, não só diretamente derivadas da situação e do tipo de trabalho, como das condições sociais que permitem ou impedem o acesso àquelas redes de relações, incluindo-se entre elas, talvez primordialmente, o local de moradia.

A Pobreza

O segundo tema de nossos comentários centra-se diretamente na contribuição dos dois livros aqui analisados para a explicação e compreensão da prática e das representações dos indivíduos na vida urbana, abstraída a "herança" rural. Embora o objeto de análise seja diferente, algumas comparações podem ser feitas. A. Rodrigues delimita bem seu objeto: indivíduos da classe operária (na indústria de transformação, de qualquer grau de qualificação e, no que se refere a mulheres, abrangendo tanto as operárias como as realizadoras de atividades domésticas mas mulheres de operários). Leeds e Leeds se voltam para a população favelada. Ainda que nos façam entender que há predominância dos estratos sociais mais baixos na favela (40% dos proletários estariam na favela face aos 20% da população do Rio de Janeiro como um todo — dado apresentado no artigo "Tipos de Moradia, Arranjos de Vida, Proletarização e a Estrutura Social da Cidade" (pág. 116) — originalmente publicado em 1974 e agora traduzido e lançado como o Cap. V de *A Sociologia do Brasil Urbano*), o relato etnográfico das favelas que compõe o

capítulo IV ora analisado não está centrado nos estratos ou classes mais baixas.

Menos do que um relato etnográfico, é um relato impressionístico. Impressões que, segundo os autores, posteriormente serão confirmadas e confrontadas com os dados quantitativos levantados mas não disponíveis para a análise.

Centremo-nos primeiro no trabalho dos Leeds. As impressões que nos dão, pela escolha dos casos relatados, são a de uma favela habitada por pessoas que a escolheram sem pressão, por gosto:

— "o contador de Tuiuti pode ser visto passeando com os filhos, de carro, no domingo, no seu Mercedes-Benz verde-mar".

— "O Miguel Gênio é um relojoeiro que vive no Jacarezinho 'porque gosta'".

— "Sócrates deixou de ser tipógrafo para ser quitandeiro na favela para ganhar mais dinheiro".

— "Orlando Ferreira, diplomado em desenho arquitetônico, aí vive por se interessar por quimbanda e viver com sua segunda mulher longe das pressões sociais".

— (e pressão e gosto se juntam) D. Iaiá, lavadeira, gosta de contemplar a paisagem do Rio visto de Tuiuti.

Correlatamente às impressões, aos casos relatados, a explicação proposta é a de que os fatores que operam na seleção para a vida na favela são opções inseridas em estratégias urbanas (para migrantes e não migrantes trata-se de optar pela favela face a outros tipos de moradia) que conformam um *continuum* que vai da "verdadeira marginalidade", passa pela "pressão" e pelo "fazer economia", e chega à "vontade". Para os autores, "vontade" indica o fator gosto e não o fator necessidade. "Fazer economia" indica a opção por uma modalidade de reduzir gastos sem que haja premência. "Pressão" se dá sobre pessoas com poucas condições de se haver com acontecimentos repentinos e desfavoráveis. "Verdadeira marginalidade" se dá quando pessoas são "empurradas para fora de situações de economia legal e extra-legal (criminosa) da cidade".

Estamos aqui diante de uma explicação dos fatores que levam a morar na favela? Ou de uma descrição que precariamente a substitui, dando uma aparência de explicação? Os fatores estão colocados num *continuum* em que, de um ponto onde não há determinação social (vontade), chega-se a outro ponto em que a "depressão do mercado de trabalho empurra indivíduos para a favela". Ao invés de reconstituir a forma subjetiva pela qual os indivíduos realizam e atualizam condições estruturais objetivas diferenciadas

segundo suas situações de classe e possibilidades objetivas de trajetos sociais, compõe-se um *continuum* onde parece haver um elemento ideológico totalmente causal — a vontade — e outro onde o indivíluo é aquele que é empurrado. Ao invés de referir estes quatro tipos de "fatores" a situações e posições de classe diferentes, não se fala em classes.

A forma mais aproximada de referência a classes em todo o artigo é a diferenciação de categorias ocupacionais na favela. Enfaticamente se aponta a existência das categorias A e B (as mais altas) de escala de ocupações de Hutchinson também na favela. É claro que esta ênfase pode ser explicada. Os autores estão fundamentalmente buscando evidenciar a nova visão da favela que deve substituir os mitos da ruralidade, do imediatismo, da marginalidade, da criminalidade e da desorganização presentes em vários estudos sobre as favelas citados e referidos no capítulo V. Neste sentido contribuem talvez não para dar uma original visão da favela mas para, de fato, reforçar outros estudos que também vêm apontando a favela como lugar de organização política, de organização recreativa (clubes de futebol e escolas de samba) e a favela como lugar onde convivem ao lado de "pobres", alguns "ricos" e ao lado de "criminosos", "pessoas honestas". Contudo, a contribuição de muitos destes outros estudos é a de mostrar como a estratificação social da "cidade" penetra também a favela sem que, com isso, deixe de ficar assinalado o lugar da pobreza na favela a predominância dos estratos sociais mais baixos.

Leeds e Leeds vêem fundamentalmente na organização política e recreativa da favela, nas redes de solidariedade dentro da favela e nas redes de relações patrão-empregado dentro da favela a evidência de valores urbanos e comportamentos urbanos. Na ênfase de destruir a ruralidade e de a ela contrapor uma favela de "urbanitas", uma favela onde a maioria de não migrantes e a minoria de migrantes rurais são capazes de traçar estratégias adequadas ao modo de vida urbana, uma favela onde há organização política e recreativa, onde há pessoas que aí vivem porque querem, onde a maioria, segundo eles, valoriza a favela como o lugar da liberdade em confronto com "os que vivem lá embaixo", onde as relações políticas são "um jogo, uma recreação, um sistema de recompensas, um gozo do poder" (p. 122 — e note-se que não há referência aos perdedores do jogo ou às "punições" — LM), e onde os moradores são considerados "os mais sutis e políticos, muito mais políticos em todos os sentidos, do que a população americana como um todo" (p. 122) — perguntamos — até que ponto não estariam os autores

fazendo da pobreza e da dominação sofrida na favela simples mitos? Mitos distantes da realidade? Afinal o que destróem (constróem) os autores: o mito da ruralidade ou o da pobreza?

A tal ponto os autores se impressionaram com os "valores urbanos" na favela que reduziram todas as representações verbalizadas pelos seus moradores a instrumentos de prova da tese principal, a urbanidade da favela. Deixaram de lado representações que poderiam lançar luz sobre a situação de trabalho destes moradores conforme diferentes situações e posições de classe. Se não, vejamos o texto que se segue: "A cidade é valorizada como o lugar do trabalho 'par excellence'. O trabalho de campo é inerentemente estreito e constrangedor para o brasileiro. (...) A cidade propícia uma variedade de trabalho, oportunidades de trabalho e recompensas de trabalho; propicia caminhos para seus valores máximos. Deve-se observar que estamos falando de valores dos morados da favela, e *não* (o grifo é meu — LM) de suas observações factuais e análises da situação de trabalho, embora eles vejam esta última bastante claramente, em geral com *extrema amargura e de forma intensamente crítica. Eles são eminentemente realistas na valoração de suas condições de vida*" (o grifo é meu — LM) (p. 123). As situações de trabalho dos favelados não merecem mais do que esta referência. É que os favelados são vistos como ocupantes de múltiplas ocupações, como ocupantes de múltiplas organizações faveladas, como realizadores de diferentes opções etc.

Na introdução, contudo, Anthony Leeds nos diz que o primeiro problema básico de sua vida profissional — "que talvez ainda persista é o de dar substância ao conceito de classe — sobretudo num sentido marxista" (p. 11). Seu caminho foi o de criticar a teoria dualista de classe e buscar ultrapassá-la encontrando bases para uma teoria da multiplicidade de classes e da multiplicidade de fontes de poder. Considera seu capítulo II: "Poder Local em Relação com Instituições de Poder Supralocal", publicado originalmente em 1964, como a primeira formulação de sua abordagem que é em parte refinada e clarificada nos capítulos IV, VI e VII. Assim o capítulo IV — ora em foco — está moldado segundo sua abordagem da multiplicidade de classes, de fontes de poder e fundamentalmente da multiplicidade de causas ("a lógica da multiplicidade de forças sociais" — p. 16). Para Leeds, o *18 Brumário* de Marx "fornece uma história de caso" da sua teoria exposta no capítulo II. São palavras de A. Leeds: "Poderia ser argumentado que o capítulo II é uma afirmação clara da teoria geral para a qual o *18 Brumário* fornece uma história de caso" (pp. 16 e 17). Leeds pretende compatibilizar

a teoria marxista e a teoria geral dos sistemas, retirando da primeira a dualidade de classes e a dualidade da infra-estrutura e da supra-estrutura e retirando da segunda o caráter formalista a ser substituído pelo historicista.

O que resta? Talvez apenas a vaguedade de causas múltiplas definíveis apenas diante de cada caso particular e único.

O capítulo IV se é uma realização dos princípios teóricos propostos na introdução, nos dá um retrato extremamente devastador dos objetivos dos autores. Não há classes, não há fontes de poder. Há multiplicidade de histórias de vida, multiplicidade de situações e multiplicidade de causas. A pluralidade de classes e de causas nada mais é que a contrapartida de um empiricismo extremado.

Abordagem teórica de multiplicidade de causas alia-se a uma relação entre estudiosos e objeto de estudo que é, sem dúvida, uma relação de plena identificação e projeção de aspectos positivos por parte dos autores. A "paixão" pela favela permeia toda a elaboração do texto. Se tal aliança permite a riqueza de uma descrição apaixonada e não distante do objeto de estudo, realiza-se como empiricismo extremado que afasta de si a capacidade explicativa e que permite "esquecer" de analisar a representação crítica da situação de trabalho da grande parte dos moradores da favela e também esquecer as suas situações de classe.

Os "brazilianistas" apaixonados pelos brasileiros também se apaixonaram por suas curiosidades: favelados com gavetas cheias de "papéis", "um mercado de trabalho informal" que, por uma associação analógica toda especial dos autores, levam-nos a falar de "sistemas de crédito, de transferência monetária, de procedimentos de contabilidade e de um mercado de consumo em constante fluxo" e a afirmar que no Brasil "não há serviço de compensação de cheques (pp. 104 e 105).

Os autores não só confundem sua explicação com a "teoria nativa", isto é, com as representações dos favelados. Mais do que isso, captam e filtram as percepções e valores dos favelados segundo os valores dos autores.

A riqueza do envolvimento entre estudiosos e objeto de estudo mereceria ter encontrado formas de se constituir em maior objetividade de conhecimento. A precariedade do arcabouço teórico mais do que o envolvimento parece ser fundamentalmente a causa impeditiva do caminho para a ciência.

Face à "liberdade" da favela, face a política como jogo recreativo. o mundo cotidiano dos operários descrito e analisado por A. Rodrigues é um outro mundo. É o mundo da pobreza, o mundo da ur-

gência do tempo, o mundo do impossível balanço entre recursos e necessidades. É o tempo e o espaço de vida ocupados pelo trabalho. É o trabalho que não propicia os recursos necessários desejados e não gera tempo ou dinheiro para projetos de vida de "melhoria". O mundo do absurdo e do impensável e "da unanimidade de uma mensagem: isto não pode continuar".

Pobreza ou Pobreza Cognitiva?

A reconstituição do universo intra-psíquico nas suas determinações sociais é plenamente conseguida pelo instrumental de análise da autora. Da divisão de trabalho e solidariedade dos membros de uma família que realiza o ato de migrar vemos se desprender todo um sistema "de atribuições inconscientes de papéis 'cindidos'". Aos filhos mais velhos, em especial às filhas mais velhas, cabe não só cuidar e proteger os irmãos mais novos como se tornarem "pessoas que só protegem", filhas mais velhas tornam-se capazes de realizar seu próprio casamento muito tarde ou de ficarem celibatárias. Os mais novos não são apenas cuidados, "são os que realizam os sonhos — os aspectos valorizados de toda a família. Constituem os recipientes e guadiães de tudo de bom que a família produzir" (p. 95). Os "sistemas de queixas" das mulheres e a atribuição ao marido da impossibilidade de "melhorar a vida", são explicados "através do jogo de projeções e introjeções (pelo qual — LM) os 'territórios' masculinos e femininos vão ficando cada vez mais marcados dentro da família" (p. 95). Não se trata apenas de uma divisão de trabalho entre homem e mulher mas da divisão de atributos emocionais "cindidos".

O rigor teórico se conjuga com uma linguagem que chega ao lírico. O envolvimento entre a autora e "seu objeto de estudo" está lá comandado pela ansiedade com que se defronta diante de uma vida operária que constantemente gera um "isto não dá", "não está dando". Envolvimento que não impede de forma alguma à autora alcançar um conhecimento objetivo que lança luz sobre a explicação da prática e das representações dos operários.

A força da explicação está lá em cada frase, inabalável. Contudo as nossas ressalvas não alcançam somente a questão já apresentada da precariedade de fundamentos para caracterizar o ambiente rural como elementar e dos seus efeitos sobre a estrutura cognitiva dos operários. É diretamente frente à conclusão classificatória e aos critérios de classificação de três tipos de estruturas cognitivas dos operários que apresentaremos dúvidas e assinalaremos problemas.

Dos vinte operários analisados apenas dois foram classificados como configuradores de estruturas cognitivas complexas, "alguns" como de estruturas cognitivas intermediárias, e, portanto, a maioria como indivíduos classificáveis pelo desenvolvimento de estruturas cognitivas simples. O critério de diferenciação de estruturas cognitivas segundo a teoria assumida pela autora pode ser resumido numa pequena regra: quanto maior a capacidade de diferenciação de áreas e de integração de áreas, maior a complexidade da estrutura cognitiva e vice-versa. Vejamos como essa regra foi operacionalizada pela autora.

Cotraporemos aqui centralmente os dois tipos extremos encontrados pela autora. O indivíduo que desenvolve a estrutura cognitiva simples realiza a percepção e representação do seu estar no mundo através de dois polos (ou melhor de apenas duas áreas): "eu" *versus* "mundo exterior" e "a integração entre essas áreas como não poderia deixar de ser é linear" (p. 119). As estratégias de vida, por conseqüência, compreendem sucessivas investidas do "eu" frente ao "mundo exterior" — sucessivas porque cada ação parece levar sempre ao fracasso. Propõe a autora que nesta estrutura simples os indivíduos não se apercebem da rede de relações sociais que compõem o "mundo exterior". A estes indivíduos resta continuar a repetir ações que levam ao fracasso ou a fantasiar uma dilatação do tempo e uma ampliação do dinheiro.

No outro tipo extremo a diferenciação de áreas é apreendida. O mundo é o das relações entre as pessoas ("vínculo e trocas mantidos com os outros" — p. 122). Do que pudemos depreender dos dois casos assinalados os indivíduos apreendem a lógica das relações a tal ponto que foram capazes tanto de montar uma estratégia para a ascenção no trabalho industrial e realizá-la, como também de apreender a lógica dos outros ("os interesses da firma", os salários baixos porque "tem outro para ganhar a metade") e a lógica do mundo ("eu acho que o mundo, sabe, é bem mal dividido").

Diante dos exemplos que a autora nos apresenta não há o que dizer quanto à presença explícita da crítica nos indivíduos de estrutura cognitiva complexa e a ausência desta explicitação nos restantes. A esse ponto ainda voltaremos todavia.

Quanto à capacidade de elaborar cognitivamente a realidade a um ponto que permita a elaboração e a realização de estratégias para melhorar de vida, não acreditamos que as diferenças estejam na capacidade cognitiva mas nas diferenças de condições objetivas que permitam a uns realizar seu sonho e a outros não. Perguntamo-nos se A. Rodrigues não confundiu a capacidade de elaborar es-

tratégias com a realização de estratégias de sucesso (no trabalho industrial), e a incapacidade de elaborar estratégias com a realização de estratégias fracassadas.

Utilizando-nos resumidamente da linguagem da autora ou das verbalizações dos entrevistados, façamos o contraponto entre os dois extremos: o "indivíduo de estrutura cognitiva complexa" (IECC) e o "indivíduo de estrutura cognitiva simples" (IECS). Se de um lado temos o "sucesso" e a "objetividade", de outro, temos o "fracasso" e as "fantasias".

Quanto à ascensão no trabalho industrial:

IECC — "Ele acredita que compreendeu perfeitamente tudo o que devia fazer para alcançar seus objetivos e o fez". "Ao ingressar no trabalho industrial, soube avaliar as estratégias que o levaram à ascensão."

IECS — "Eu luto, luto, luto e não dá. Não dá nem para comer." "Minha vida é que eu trabalho, trabalho, e a minha vida é assim, trabalhando, lutando, trabalhando desde criança". "Não gosto de chá mas tomo para não ficar com o estômago vazio". "Mas para isso ia precisar de dinheiro".

Quanto ao uso do corpo e do tempo:

IECC — "Percebeu que não adiantava trabalhar mais horas por dia, que era preciso se qualificar profissionalmente". (Depois de qualificado — LM) "faz horas extras".

IECS — (Além do trabalho industrial) "Agora eu comecei a vender limão na feira no domingo: sábado faço faxina na casa de uma mulher". "Pego às 7 da noite e vou até às 7 da manhã". "Quer nos parecer que o fracasso (perda de tudo o que tinham) em aventuras no pequeno comércio se explique parcialmente por essa culpa em relação a um dinheiro ganho sem extremo sacrifício, principalmente físico (do corpo)".

Quanto a cursos:

IECC — "Freqüentou cursos noturnos, saiu-se muito bem em todos os programas de treinamento (...), mudou de faixa salarial".

IECS — "Aí eu teria que estudar à noite porque eu trabalho fora o dia inteiro e tenho que fazer todo o serviço de casa". "Algum dia, se Deus quiser, seu eu puder parar de trabalhar, vou fazer o curso de cabelereira".

Quanto ao número de filhos:

IECC — "Tem apenas dois filhos, sempre compreendeu que é preciso ter poucos filhos para poder educá-los".

IECS — ... (ausência de referência — LM)

Quanto ao futuro:

IECC — "Para o futuro a gente espera melhorar, mas não estou vendo de que jeito vai melhorar".

IECS — "Vamos ver se dá a sorte de..." "Agora vamos ver se no mês que vem..." "Também agora até dezembro vai ter que resolver". "Pro futuro (a outra vida) vamos ver como é que fica" (a última citação é de um pentecostalista).

Talvez a frase inicial que define a posição dos indivíduos de estrutura cognitiva simples: "Os casos de estruturas cognitivas mais simples se encontram entre indivíduos que não conseguiram escalar a trajetória possível dentro do trabalho industrial". (p. 119) — já seja também a definição de uma estrutura cognitiva simples: a que não consegue elaborar uma estratégia de sucesso.

Ao final do livro a autora aceita a possibilidade de ser criticada de etnocentrismo. Para nós este etnocentrismo está radicado na crença de que seja suficiente a complexidade da estrutura cognitiva para realizar a ascensão social. Valor que conscientemente a autora não assume, a bem da verdade. Também de etnocentrismo pode ser criticada por não supor que outra lógica presida a geração de filhos ainda que os operários em foco se apercebam das dificuldades econômicas. Quanto à operação de identificar fantasia e fracasso, opondo-os à *objetividade* e *sucesso*, talvez seja um viés comum à tradição psicanalítica. Dos exemplos citados pela autora e aqui reorganizados, concluiríamos diferentemente. Todos elaboram estratégias de "melhoria de vida" — apenas para muitos, cursos e qualificação não se inserem como possíveis nas suas condições objetivas — servindo-se, portanto, do que objetivamente podem fazer: trabalhar mais e, se o trabalho é braçal, usar mais o corpo evidentemente. Não deixou também um dos indivíduos de estrutura complexa de ser médico?

Segundo a autora, um e outro tipo chegam contudo a uma mesma constatação quanto ao presente: "não está dando" — "isto não pode continuar". Diferenças há, contudo na modalidade de aí chegar e aqui concordamos com a autora. Enquanto os IECC chegam lá depois de terem parcialmente modificado sua condição e seu tipo de trabalho e colocam o inexplicável fora de si mesmo,

nas relações e nos atos de outros — o salário é que é inexplicável, os IECS, dado o tipo de estratégia possível que logo os fazem se defrontar com o mesmo tipo de trabalho e situação, correlatamente utilizam uma "linguagem econômica": "luto, luto e não dá". Economicamente esta linguagem não só diz que há erro no "eu" mas também no "mundo exterior".

Criticamos a diferença entre capacidade de elaborar estratégias e a substituimos por diferença de condições objetivas.

Concordamos, contudo, com a diferença de modalidade de explicitar a situação do balanço desequilibrado dos recursos e das necessidades pensada como insustentável. Tal diferença está intimamente conectada com a desigual explicitação de crítica que os casos citados e comparados por A. Rodrigues nos apresentam.

Não pretendemos resolvê-la. Apenas temos duas sugestões a serem pensadas e talvez investigadas:

1.ª — Na modalidade de "linguagem econômica" tanto se vai diretamente à culpa do "eu" quanto à constituição da culpa fora, dependendo de determinadas condições primordialmente interiores ou exteriores que cumpre detectar. Assim os IECS não estariam irremediavelmente afastados da possibilidade de crítica, mesmo que não se alterasse sua linguagem econômica".

2.ª — O discurso biográfico (que é o demandado nesta pesquisa: "Por isso eu gostaria que o Sr. falasse de si mesmo", p. 44) induz a uma referência centrada no "eu" e em conseqüência propicia a bipartição eu/mundo. O centramento no "eu" é reforçado ainda mais quando se produz uma relação pesquisador/pesquisado na qual o pesquisado se sente ilegítimo (é o caso assinalado pela autora). As conseqüências podem ser várias e múltiplas. Centrar-se no eu, auto-valorizar-se, supor que não se deva criticar o "mundo exterior", não entender que se esteja sendo solicitado para avaliar o mundo, ou ainda, e fundamentalmente relatar o mais economicamente possível a sua vida, dada a sua "insignificância".

Por coincidência, enquanto lia pela primeira vez o trabalho de Arakcy Rodrigues recebi de Mary Alegretti Zanoni, mestranda do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Brasília que realizou pesquisa num seringal do Acre e agora redige sua dissertação, o material de duas entrevistas de um mesmo indivíduo. Agradecemos a ela a autorização de utilizarmos o material para este nosso objetivo. Na primeira entrevista, o indivíduo foi solicitado a relatar sua "his-

tória de vida". Mais tarde, tendo se assegurado das "boas intenções" da entrevistadora e concluído que ela poderia ajudá-lo num intento, solicitou-lhe que *levasse ao Presidente da República* uma fita gravada onde faria as reivindicações do "homem do seringal". Na primeira entrevista, creio, A. Rodrigues encontraria um "indivíduo de estrutura cognitiva simples". Na segunda "entrevista", um "indivíduo de estrutura cognitiva complexa" pois nela está explicitada a apreensão da lógica da situação de trabalho, da dominação e exploração a que está sujeito. A primeira entrevista apresenta a bipartição eu/mundo. A segunda mostra o eu no mundo que se constitui de relações e ações entre pessoas com poder e sem poder.

Alguns trechos da primeira entrevista:

"Aí eu fugi. Fui me empregá com outro. Aí esse outro me tratô mais ou menos bem, e tudo (...) Daí trabalhei o verão, num me dei, também. Aí vim trabalhá com Manuel Pedro de Oliveira (...) Aí chegou outro arrendatário, e nóis num se demo também. Só trabalhei um verão. E nesse ponto eu ia levando a minha vida, só de arribada (...). E o azar ali sempre em perto de mim, que eu num podia aprumá, de jeito nenhum (...). E agora eu tô aqui (...) e agora vou vê que faço. Agora, é só isso que eu tenho de contá da minha vida até agora".

Alguns trechos da segunda "entrevista" (a fala para "o Presidente da Nação, General Ernesto Geisel"):

— "(...) Eu aviso para o Senhor, que o Senhor ainda não sentou-se de frente mesmo para o Estado do Acre. O Senhor tá de banda com o Estado do Acre ainda. Rode a cadeira (...), olhando a situação da crasse seringueiro. (...) Entonce é preciso para a milhoração da vida dos seringueiro, dos trabalho do seringueiro, a inviolação do nroduto (borracha — MHAZ) dos triste seringueiro fazem, é preciso que o Senhor ... arrume a comperativa prá comprá nossa borracha mesmo na cidade de Taroacá (Tarauacá — LM) (...) Entonce o Senhor pode tabelá essa borracha, (...) que o puder tá nas suas mão. Mas não (está certo — LM) o patrão (seringalista MHAZ) pegá o nosso produto aqui e levá e dizê: 'Eu só pago por tanto, o resto é prá despesa, eu sô pago por tanto e num tem quem faça eu pagá a mais'. Que que nóis pode fazê? Se nóis se põe a duro, o que eles inventam logo é a PM nas nossas frente (...) O seringueiro que é conhecido em Belém (...) é o patrão. isurpador do nosso produto. Nóis num pode ir lá, né, adonde o Senhor tá (...). Nóis num temo documento, nóis num temo dinheiro, né, que o nosso documento é mais é o dinheiro..."

Os entrevistados de Arakcy Rodrigues perguntaram ao entrevistador: Para que contar a vida? De que vale? Perguntaram mais: a entrevista ajuda, prejudica ou de nada vale? O mesmo o fez o entrevistado de Mary Zanoni. No segundo contato o entrevistado assumiu a própria resposta: valia tempo e esforço para apresentar a sua visão de mundo, as suas críticas, as suas reivindicações desde que fosse para entregar ao Presidente. Talvez a neutralidade do entrevistador proposta por A. Rodrigues, mais a solicitação de uma biografia e não de uma apreensão do mundo, tenha se constituído em fator obstaculizador. Eis aqui talvez mais um ponto desvendado na utilização desta técnica.

Não estaríamos pois diante de uma linguagem econômica utilizada em determinadas situações e condições ao invés de estruturas cognitivas simples? E até que ponto mantida esta "linguagem econômica", nela mesma não está potencialmente presente a emergência da crítica como polo oposto à culpabilização do "eu"?